

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E EXTENSÃO RURAL: DIFERENÇAS E DESAFIOS

University Extension and Rural Extension: Challenges and Differences

Ezequiel REDIN¹
Paulo Roberto Cardoso da SILVEIRA²

RESUMO

Nesta experiência de extensão universitária, busca-se explorar os desafios dos agentes universitários ao implantar ações de pesquisa e extensão junto aos agricultores familiares e suas organizações. Demonstra-se que mesmo munidos de metodologias participativas, deparam-se com interesses imediatistas que obstaculizam os processos de construção de conhecimento, reforçando um contexto de in-comunicação entre agricultores e agentes de desenvolvimento.

Palavras-chave: ação extensionista; geração participativa de conhecimento; gestão ambiental rural; extensão universitária; extensão rural

ABSTRACT

In this experience of university extension, seeks to explore the challenges of university staff to implement research activities and outreach to family farmers and their organizations. It is shown that even possession of participatory methodologies, are faced with immediate interests that hinder the process of building knowledge, strengthening the context of in-communication between farmers and developers.

Key Words: The extension activity, participatory knowledge generation, rural environmental management, university extension, extension

INTRODUÇÃO

Quando agentes universitários desenvolvem ações no espaço rural se deparam com os mesmos impasses e desafios que tem marcado a extensão rural em nosso país. De fato, estão realizando extensão rural, mesmo que, muitas vezes, não possuam o domínio dos métodos e que não estejam familiarizados com os desafios que a relação extensionista-agricultor impõem. Tal situação tem sido mais frequente diante das cobranças para que a Universidade mude sua forma de agir, deixando de apenas gerar pesquisas em seu espaço acadêmico e transponha suas ações ao contexto

¹ Tecnólogo em Agropecuária: Sistemas de Produção (UERGS) CREA RS 160488; Administração (ULBRA); Esp. Gestão Pública Municipal (UFSM); Mestre e Doutorando em Extensão Rural (UFSM); Editor do Periódico Extensão Rural (UFSM); Membro da Academia Centro Serra de Letras. E-mail: ezequielredin@gmail.com

² Doutor pelo Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas (UFSC) e Prof. do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural (DEAER/UFSM); Coordenador do Núcleo Interdisciplinar de Extensão e Pesquisa em Alimentação e Sociedade (NEPALS). E-mail: prcs1064@yahoo.com.br

da luta social cotidiana. E para não agir de forma a reproduzir práticas autoritárias de imposição de saberes, buscaram-se constituir espaços de troca de saberes com as comunidades locais.

Vive-se no atual contexto político-jurídico com a aprovação da Lei Federal nº **12.188**, de 11 de janeiro de 2010, conhecida como lei de ATER³, um cenário de estímulo ao pluralismo institucional, onde um conjunto de organizações são instadas a participar de projetos de extensão rural, superando o tradicional exclusivismo das instituições público-estatais. Diesel (2012) sustenta que o pluralismo institucional na extensão rural alcança expressiva legitimidade política na medida em que remete a um consenso erigido no âmbito da Iniciativa de Neuchâtel e na convergência do debate sobre a reforma institucional das organizações de extensão rural realizada pelo Banco mundial, em meados da década de 90. O pluralismo institucional, segundo a autora, expõe-se de forma complementar no qual o Estado é convocado a intervir com propósito de garantir a consecução dos interesses públicos. Na conjuntura brasileira atual, Diesel (2012) destaca que estamos passando por um período de intensa experimentação social na esfera da formulação e instituição das políticas públicas para o desenvolvimento rural.

Neste sentido, as Universidades assumem papel fundamental, pois representam a possibilidade real de aproximar a geração de conhecimento (a pesquisa) das realidades vivenciadas pelos agricultores. Este trabalho origina-se de uma reflexão a partir de um projeto desenvolvido pelo NEPAL⁴-UFSM em parceria com o NESAF⁵-UFSM, buscando atender as demandas advindas da *Rede da Casa*, organização que congrega dezesseis agroindústrias familiares rurais (AFRs)⁶ que processam produtos de origem animal e vegetal na região denominada “Quarta Colônia” de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul⁷.

Nesta experiência, exploram-se, aqui, os desafios dos agentes universitários (docentes, discentes e servidores técnico-administrativos) ao implantar ações de pesquisa e extensão junto aos agricultores familiares e suas organizações. Analisaremos de forma sintética uma experiência desenvolvida pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), através de uma equipe de pesquisadores que atuou no projeto “Poluição dos recursos hídricos causados por resíduos sólidos e líquidos resultantes do processamento de matérias-primas de origem animal e vegetal em agroindústrias familiares rurais”, financiado pelo CNPq e já finalizado.

APONTAMENTOS SOBRE OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A interação da comunidade com os pesquisadores da universidade foi fundamental no desenvolvimento desse projeto, caracterizado por enfrentar a problemática da regularização da situação dos empreendimentos agroindustriais diante dos órgãos de fiscalização ambiental. O projeto desenvolve-se em três etapas: *a primeira* com o objetivo de compreender o problema gerado na obtenção das licenças ambientais do ponto de vista dos membros de rede da casa, dos agentes de extensão rural envolvidos e dos responsáveis nas prefeituras municipais pelo licenciamento

³ A Lei de Ater institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária, ficando a coordenação na competência do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

⁴ O Núcleo Interdisciplinar de Extensão e Pesquisa em Alimentação e Sociedade (Nepals) é formado por um grupo de pesquisadores e extensionistas de várias instituições, tendo como objetivo integrar as dimensões da extensão-pesquisa-ensino, visando qualificar as formação dos agentes de desenvolvimento nos desafios postos pelo sistema agroalimentar contemporâneo e suas intensas transformações, as quais atingem de forma radical os agricultores familiares e re-configuram os cenários do desenvolvimento local e regional.

⁵ O Núcleo de Estudos sobre Agricultura Familiar (Nesaf) congrega mais de 20 docentes da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), oriundos de diversas áreas das ciências agrárias, comprometidos com as temáticas emergentes no campo da agricultura familiar.

⁶ Por Agroindústrias Familiares Rurais (AFRs) entendem-se empreendimentos dedicados ao processamento de matérias-primas de origem animal ou vegetal, com instalações e equipamentos específicos, contando com a gestão e a mão-de-obra a cargo, majoritariamente, da família. No contexto que aqui trabalhamos, temos AFRs que produzem de forma artesanal, a partir do saber fazer herdado das gerações passadas e as chamadas AFRs de pequeno porte, onde apenas a escala de produção as diferenciam das grandes plantas industriais (Guimarães e Silveira, 2007).

⁷ Uma versão preliminar do texto foi publicada no “5º Fórum de Extensão Conta” promovido pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), em 2012.

ambiental. Aqui a equipe utilizou reuniões com responsáveis pelas AFRs e entrevistas com agentes de desenvolvimento.

Numa *segunda* etapa, a equipe centrou sua ação na definição da proposta de pesquisa, onde se sugeriu um diálogo entre os objetivos do projeto aprovado no CNPq, com vistas a avaliar o potencial contaminante dos dejetos das AFRs e a testagem de métodos de tratamento destes dejetos, com as necessidades dos envolvidos, os membros de *Rede da Casa*. Para substanciar a definição das estratégias de pesquisa, a equipe realizou um diagnóstico em cada empreendimento, avaliando a estrutura de produção, as formas de gestão ambiental utilizadas e as expectativas futuras em relação ao mercado. Deste diagnóstico, apontaram-se quais AFRs seriam mais indicadas para receber as unidades de tratamento de resíduos sólidos e líquidos. A *terceira* etapa incluiu o debate sobre a implantação das unidades de tratamento e a montagem destas a campo, seguidas do acompanhamento de seu desempenho. A seguir, apresentamos os desafios enfrentados e como o projeto relacionou-se com esses.

A (IN)COMUNICAÇÃO ENTRE AGRICULTORES E AGENTES DE DESENVOLVIMENTO: ASSIMETRIAS DE INTERESSE E DE PODER

As exigências para a legalização das AFRs em nada se diferenciam das cobranças realizadas às grandes agroindústrias no que tange aos aspectos ambientais. Tal situação impõem investimentos muito além dos suportáveis pelas AFRs. Como a vigilância sanitária exige, para conceder o aval sanitário, que sejam observados os procedimentos legais para obtenção das licenças ambientais, observou-se que na prática as AFRs estavam condenadas a ilegalidade. Isso se mostrou como um problema para um conjunto de agricultores da região da Quarta Colônia, onde por mais de vinte anos as diferentes esferas do poder público incentivaram a implantação de agroindústrias familiares com base na cultura gastronômica e da tradicional produção artesanal de alimentos (SILVEIRA et al., 2008).

Historicamente, a questão ambiental foi colocada em segundo plano diante do desafio da legalização sanitária e das questões gerenciais. Isto ocorre mesmo durante o Programa Sabor Gaúcho (1999-2002), marco para as agroindústrias familiares rurais no território do Rio Grande do Sul, onde ocorreram os maiores investimentos numa estratégia de desenvolvimento direcionada às AFRs. Neste programa, com o objetivo de facilitar e agilizar o processo de implantação das agroindústrias familiares rurais se fez um convênio que envolvia a Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM) e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), onde os escritórios municipais da última tinham autonomia para projetar o tratamento dos resíduos e liberar o licenciamento ambiental, quando não se tratasse de caso onde houvesse alto impacto ambiental, segundo definição legal.

Na prática, os técnicos da empresa de extensão realizavam os projetos com a implementação de um sistema de tratamento que os mesmos tinham a autonomia de validar sem necessitar a legitimação da FEPAM. Se por um lado, existia a agilidade no processo e o baixo impacto ambiental, por outro, a questão ambiental de forma facilitada não ganhava a relativa importância que merecia, ao mesmo tempo em que as questões sanitárias eram postas como importantes, ganhando destaque no processo. Desse modo, os assuntos ambientais⁸ que acabavam sendo “facilitados” eram deixados de fora do cenário de discussão e como os técnicos da EMATER local

⁸ Redin e Silveira (2012) sustentam que para o avanço da política ambiental brasileira é necessário acrescentar ao debate da política uma concepção além dos elementos naturais, valorizando a interação humana no tempo-espaço. Por outro lado, existe uma expectativa que os conflitos socioambientais sejam sanados através da gestão ambiental e de um desenvolvimento qualitativo, harmonizando os interesses individuais e coletivos com a preservação dos recursos naturais.

usavam um sistema de tratamento de resíduos, simplificado, uniformizado e padronizado, fazendo que o problema permanecesse e que voltasse a cena regional pela pressão do ministério público e pela mudança de enfoque do setor sanitário, pós mudanças de governo estadual em 2003.

O processo foi conduzido no passado sem o envolvimento das AFRs, sendo sua participação no debate ambiental restrita e os empreendedores não se apropriaram da temática e de sua implicação na atividade produtiva. São nessas circunstâncias que, aliadas as pressões dos órgãos que procuram efetivar a validação legal, moveram-se os agricultores da *Rede da Casa* a se organizar a fim de tentar encontrar uma saída para que possam continuar comercializando seus produtos. Os contatos e as reuniões com os agentes de extensão da Universidade giraram em torno das dificuldades das AFRs em se adequarem a legislação, considerando que esse desafio poderia afetar a sobrevivência da atividade.

Nesse projeto, os agentes de extensão não criaram uma necessidade, como geralmente acontece, onde se faz um projeto e, posteriormente, tenta-se adequar a algum lugar de interesse. A necessidade foi percebida pelos agricultores e a universidade entra no processo para tentar contribuir na identificação da problemática e dos possíveis meios para solucioná-la. Assim, antes do projeto ser idealizado foi sendo construído a partir de discussões junto aos interessados (empreendimentos e agentes de desenvolvimento), visando que as ações não ficassem distante da realidade e interesse deles, como acontece frequentemente em outras experiências semelhantes.

A pesquisa demonstrou que os servidores públicos municipais ligados aos setores com responsabilidade de coordenar a fiscalização e a definição das políticas ambientais, admitem uma postura não-educativa e não pró-ativa. Pois, quando perguntados sobre o problema das AFRs, alegam não realizar nenhuma ação efetiva e culpam os agricultores de não encaminhar os pedidos das licenças. Ao mesmo tempo, percebe-se que os agricultores não tem informação de como proceder e ninguém os orientam. E os extensionistas rurais da extensão rural oficial como agem? Sabem do problema, mas preferem indicar aos agricultores manter-se na informalidade, pois também argumentam não deter as informações. Coube então a Universidade suprir essa lacuna.

Aí encontramos outro desafio e também um diferencial do projeto. O desafio é de como a Universidade vai ao campo. Se ela somente leva a informação como boa agente difusionista, gerará uma situação que a informação pode ser inadequada à realidade local ou que seja vista como um imperativo técnico, onde o conhecimento científico é tomado como inquestionável e, deste modo, não pode ser flexibilizado diante do conhecimento local. Para fugir deste risco, a equipe sempre deixou claro que geraria conhecimento a campo, através de unidades demonstrativas para que seus resultados servissem de parâmetro para validar métodos alternativos de tratamento ambiental, já testado em outros projetos de pesquisa e com resultados animadores.

No entanto, neste percurso a equipe percebeu outro problema vivenciado pelos extensionistas rurais, o imediatismo dos agricultores. Tal como constatou Redin (2012, p. 47 - 48) “(...) os agricultores possuem ambições e necessidades em curto prazo, portanto, clamam por soluções rápidas e emergentes (...) necessita previamente reproduzir-se em uma sociedade que é mediada pelas relações do capital”. Nesse sentido, quando foi explicado que o projeto geraria referência para um debate com órgãos ambientais, mas que não havia garantia de que fossem aceitos, os métodos alternativos, então surgiu o desinteresse de muitos. E, quando foi explicado que os recursos do projeto dariam para montar apenas cinco unidades de tratamento, duas de resíduos sólidos e outras três de efluentes líquidos e indicou-se alguns empreendimentos como os mais adequados, houve questionamentos se os equipamentos instalados ficariam com os produtores. Ao saberem que seriam retirados após experimento, retornando para universidade, muitos se afastaram do processo.

Ou seja, os mais beneficiados no projeto e demandantes, os membros da *Rede da Casa*, mostraram-se desinteressados do processo, quando perceberam que não teriam vantagens imediatas.

Este ponto é fundamental, por que mostra que mesmo quando os agentes de extensão estão munidos de métodos participativos, imbuídos de construir conhecimento, as assimetrias de interesse com os agricultores podem desmobilizar e não levar a soluções para os problemas enfrentados. No caso aqui relatado, a Universidade se propõe a gerar conhecimento demandado, mas não há efetiva parceria do lado dos agricultores. Isto nos permite hipotetizar que talvez com uma proposta pronta, mas que levasse a solução imediata para problemas enfrentados poder-se-ia ter maior aceitação. Digamos que o difusionismo muitas vezes vai ao encontro do interesse do agricultor e não somente representa uma postura metodológica equivocada do agente extensionista.

Pode-se ir mais longe, partindo da experiência dos autores com extensão rural junto a agricultores familiares e agricultores assentados da reforma agrária, onde os agentes são cobrados de forma incisiva em mostrar resultados práticos, se induz agir pontualmente e de forma não-participativa. Diríamos com os ensinamentos da sociologia rural que o agricultor nem sempre está disposto a ser agente do processo, sendo sua postura de acomodação e fiel ao clientelismo, historicamente constituído, um óbice a novas relações extensionista-agricultor e não cabe mais o enfoque que o agricultor é apenas uma vítima da imposição dos agentes externos.

Sabemos com o sociólogo José de Souza Martins que a condição histórica de subalternidade, caracterizada pela expropriação econômica, a dominação político-cultural e a exclusão como agente social favorece a postura passiva e que não bastam boas intenções de um agente externo para sua superação (MARTINS, 1981; 1989). Esta superação exige a mudança nas relações de poder que instituem os que sabem e os que não sabem, os que podem e os que não podem. E mais, precisa-se que os agentes locais assumam seu projeto e não apenas engajem-se em projetos alheios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência demonstra que mesmo munidos de metodologias participativas, os agentes extensionistas deparam-se com interesses imediatistas que obstaculizam os processos de construção de conhecimento, reforçando um contexto de in-comunicação entre agricultores e agentes de desenvolvimento.

Os resultados das unidades demonstrativas permitem, agora, subsidiar uma ação junto aos órgãos ambientais para adoção de métodos alternativos de tratamento dos dejetos das AFRs, mas cabe questionar quem liderará este processo. Temos claro que isto não é papel da universidade. Mais uma vez os agricultores e os extensionistas rurais deverão assumir seu papel de protagonista, caso contrário o processo não avançará.

REFERÊNCIAS

DIESEL, V. A construção de consensos sobre o futuro da extensão rural nas organizações de cooperação internacional. In: Org(s). DIESEL, V.; NEUMANN, P. N.; CLAUDINO DE SÁ, V.; **Extensão rural no contexto do pluralismo institucional – reflexões a partir dos serviços de Ates aos assentamentos da reforma agrária no RS**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2012. p. 35 - 56.

GUIMARÃES, G. M.; SILVEIRA, P. R. C. Por trás da falsa homogeneidade do termo agroindústria familiar rural: indefinição conceitual e incoerências das políticas públicas. **Anais...** In: VII Congresso Brasileiro de Sistemas de Produção. Fortaleza/Ceará, 2007.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a Política no Brasil**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1981.

MARTINS, J. S. **A caminhada no chão da noite**. Campinas: Hucitec, 1989.

REDIN, E. O enredo da diversificação produtiva no rural de Arroio do Tigre/RS. **Geografia. Ensino & Pesquisa** (UFSM). Santa Maria, vol. 16, n. 3, set./ dez, p. 37-48, 2012. Disponível em: <http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/geografia/article/view/7572>. Acesso em 23 mar. de 2013.

REDIN, E.; SILVEIRA, P. R. C. Política ambiental brasileira: limitações e desafios. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas (UFSC)**, v. 13, p. 163-188, 2012. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/1984-8951.2012v13n103p163>. Acesso em 22 de mar. de 2013.

SILVEIRA, P. R. C. et al. A construção da identidade territorial em sistemas agroalimentares localizados: o caso da região da Quarta Colônia de imigração Italiana do Rio Grande do Sul/Brasil. **Anais...** In: IV Congreso Internacional de la Red SIAL, Mar Del Plata: INTA, v. IV. p. 01-26, 2008.